Vozes das Comunidades

Um jornal feito pelas comunidades a serviço das comunidades

Setembro de 2015 Ano X Nº 11

Redução da Maioridade Penal aumenta número de pobres nas cadeias

PÁGINA 5

Arte: André Gavazza

PÁGINA 3

EDUCAÇÃO:
Universitárias necessitam de creches públicas

PÁGINA 6

INTOLERÂNCIA:
Todas as crenças devem ser respeitadas

PÁGINA 9

MULHERES:
Violência de gênero é triste realidade no país

PÁGINA 11

CULTURA:
Bandas ocupam espaços públicos

EDITORIAL

NOSSO JORNAL

Caro (a) leitor (a)! Você tem em mãos mais uma edição do *Vozes das Comunidades*, fruto do Curso de Comunicação Popular do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). O curso é voltado a moradores de favelas, sindicalistas, lutadores sociais, estudantes e todos aqueles que não se sentem representados pelo que é mostrado nas TVs, nas revistas e nos jornais.

Nosso objetivo é apresentar uma outra visão do Rio, do país e do mundo. Há mais de uma década o jornal vem sendo lançado no dia 7 de setembro, na manifestação do Grito dos Excluídos.

NOSSA PAUTA

Aqui, você lê sobre o aumento do pensamento conservador no Brasil, a intolerância religiosa, remoções, o preconceito contra os haitianos e a atuação de movimentos populares no Equador. Também falamos sobre as lutas das mulheres, e apresentamos iniciativas culturais, como os festivais de fanfarra.

Essa edição é marcada pela perda de dois grandes companheiros. No dia 24/7 faleceu Vito Giannotti, coordenador do NPC, referência na defesa da comunicação popular e sindical. Na semana seguinte, o professor Max Laureano também nos deixou, ex-aluno do curso de comunicação que tanto valorizava esse trabalho que inscreveu sua filha para a turma de 2015. **Vito e Max, presente!**

Você também pode visitar nosso blog: *http://vozesdascomunidades.org*

CRÔNICA ESPORTIVA

A final não será televisionada

A televisão no controle das partidas de futebol e da cultura

Agora na hora do jogo está passando a novela? Alguém sabe o que aconteceu?

Por Caio Barbosa

Domingo é o dia que nenhum torcedor reclama de levantar cedo, ainda mais quando é final do campeonato. Aquele torcedor deixou de sair no sábado à noite e perdeu a balada só para não ficar de ressaca no dia da final tão anunciada pelos programas esportivos da TV. Afinal, a última partida é um evento comparado à chegada do homem à lua. Todo torcedor tem o seu ritual de concentração, tão focado como o camisa nove na véspera da partida.

No último domingo o ritual se repetiu. Logo cedinho comprei os pãezinhos com o sr. Manoel, tão velho na sua profissão como a nossa amizade. Sempre é aquela saudável gozação, cada um respeitando o time do outro. Dois passos depois, já compro o jornal na banca, para garantir que o técnico confirmou a escalação do time. Ao chegar em casa, enquanto tomo o café e leio as manchetes, aproveito para organizar o camarote residencial antes da decisão. Todos os passos e ações são realizados com a mesma maestria que o camisa dez usa para conduzir o time em campo, rumo ao ataque.

SAUDADE DA GERAL

Antigamente, com meu pai nos dias de jogos decisivos, o nosso ritual era completado ao entrar no estádio e sentir o calor da bateria e da torcida empurrando o time, sem parar de cantar: que saudades da Geral. Caro leitor, hoje estamos cada vez mais longe das novas "arenas", que substituíram os antigos templos do futebol. Nosso ritual ficou mais caro e, por que não dizer, sem graça. Os ingressos valem ouro. O show de luzes e fumaças da torcida foi proibido. E o torcedor que frequenta as "arenas" está mais preocupado em ganhar alguns segundos de fama ao passar no telão do estádio, retransmitido para todo o país via emissora oficial.

JOGO PELA TV

Por falar em TV, foi o que sobrou para aquele torcedor que não acompanhou a modernização do futebol. Agora, meu amigo leitor, nossa arquibancada é o sofá! Tudo bem, podemos pelo menos ver o replay do gol, com calma. Claro, tudo isso logo após a propaganda passar na televisão.

Sabemos que mesmo vibrando, pulando e até cutucando a mãe do juiz em alguns lances, as paredes da sala sempre vão atrapalhar nossa voz; aliás, voz essa sempre silenciada pelas opiniões de "ilusórios Galvões".

Estamos passando por um momento em que o futebol acabou sendo controlado pela televisão. A manutenção do nosso ritual cultural ficou na dependência dos donos da TV. A hora em que o jogo acontecerá, quem vai transmitir, quais os principais anunciantes e até mesmo os valores dos ingressos, hoje, estão nas mãos da televisão. Ela sabe a hora que será televisionada a final. Por falar nisso, já está na hora de ligar a televisão e sentar na cadeira numerada no centro da sala.

Opa! Tem alguma coisa errada. Agora na hora do jogo está passando a novela? Alguém sabe o que aconteceu? Como assim, o clássico sul-americano não vai passar na televisão? Quem decidiu isso? E o meu direito de torcer?

É... Pelo visto nesse domingo, a final não será televisionada. Então não resta outra opção. A televisão, com seu histórico de manipulação, agora rouba o direito do torcedor de ter acesso ao futebol e ao seu ritual cultural.

EXPEDIENTE: Vozes das Comunidades

JORNAL DO CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA DO NPC
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Site: nucleopiratininga.org.br - Blog: vozesdascomunidades.org
Contatos: npiratininga@piratininga.org.br - (21) 2220-5618 / 99628-5022

Coordenação: Claudia Santiago Giannotti - **Diagramação:** Rodolfo Vieira

Professores: Arthur William • Claudia Santiago Giannotti • Daniel Climaco • Eric Fenelon • Gustavo Barreto • Leon Diniz • Naldinho Lourenço • Rodolfo Vieira • Tatiana Lima • Verena Glass • Sheila Jacob • Vito Giannotti

Agradecimentos: LEAP/BRASIL • Max Lareano • Cláudio (Sindipetro-RJ) • Camila Araújo • Camila Marins • Ocupação Manoel Congo • Gizele Martins • Alexandte Calazans • Jorge Tonnera Jr.

Equipe: • Anita Barrientos • André M. Gavazza • Anthony Rodrigo • Caio Barbosa • Caio Cezar Piraciaba • Carolina Vaz • Cátia Bastos • Charbelle Rodrigues • Damião Duarte • Denilson de Souza • Edelson Parnov • Edson Bastos • Elineide Camelo • Hugo Parra • Igor Ferraz • Izabel Ferreira • Jenifer Silva • Jorge Faria • Lara de Faria • Luana Alves • Marcelo Rodríguez • Maria Karolina Rodrigues • Mariana Bomfim • Mariana Suzano • Miguel Pinho • Miriane Peregrino • Monica de Oliveira • Monica "Combatentte" Xavier • Muana Martins • Priscila Rodrigues • Rafaela Domingues • Sofia Laureano • Sonia Regina da Silva • Viviane Melo • Wellington Castro

APOIO: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, SINDICATO DOS JORNALISTAS/RJ, IPN - INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS, SINPRO/RJ, ISER/RJ E SINDIPETRO/RJ

EDUCAÇÃO

OS DESAFIOS DE SER MÃE E ESTUDANTE

Universitárias lutam por direito à creche

Estudantes que engravidam são julgadas pela família e pela sociedade. Elas não têm direitos garantidos pelas universidades para unir tarefas e desejos

Por Carolina Vaz, Lara de Faria, Miguel Pinho e Viviane Melo

Foto: Livia Dornellas

Lívia, de 7 anos, sempre acompanha Lilian nas aulas e na militância

A luta pelos direitos das mulheres está encontrando cada vez mais espaço. Porém, quase nada se fala sobre o direito da mulher de escolher a hora de ter um filho. É difícil ser mãe, estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Fica ainda mais complicado quando elas têm que lidar com o preconceito de quem acha isso errado.

Apesar dos olhares tortos, muitas não têm aceitado a "culpa" de se tornarem mães e têm exigido das universidades espaços para cuidar de seus filhos e serem estudantes ao mesmo tempo. Está na hora de o ensino superior admitir que as mães estudantes existem e precisam de opções.

O caso de Cristine de Souza, aluna de pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é um retrato dessa difícil realidade. Durante o período pré e o pós-gestação, a estudante não pôde frequentar as aulas, perdeu o semestre e acabou tendo sua matrícula cancelada. Cristine teve que prestar novo vestibular para continuar o curso. Sem conseguir vaga nas creches públicas do Rio e sem creche na UERJ, a única opção foi levar sua filha para as aulas. Mas essa possibilidade dependia de negociação com cada professor. Nem todos eram compreensivos e diziam ser um problema ter uma criança pequena em sala.

"Eu brigo por uma universidade popular. Nela, os filhos e trabalhadores teriam livre acesso"

UFRJ SEM CRECHE

Lilian Barbosa, de 30 anos, é estudante de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2008 ela engravidou de Lívia e dois anos depois passou para a UFRJ. O trabalho pagava pouco e ela decidiu tentar receber bolsa-auxílio e alojamento. Apesar de conseguir a vaga, o alojamento da UFRJ não permitia crianças, obrigando a estudante a deixar sua filha com os avós em Japeri. Nesse mesmo ano a criança adoeceu e a universitária teve que faltar muitas aulas, quase perdendo a vaga no alojamento. Isso não teria sido um risco se os professores tivessem oferecido alternativas.

Hoje, Lilian milita pelos direitos das mães na universidade. Leva a filha às aulas sempre que necessário, e alguns professores reclamam. Ela não vê perspectiva de haver creche a curto ou médio prazo na UFRJ, mas aponta o que é mais importante para mães estudantes: "Eu brigo por uma universidade popular. Nela, os filhos e trabalhadores teriam livre acesso. Enquanto isso não chega, que algumas leis sejam efetivadas: acompanhamento pedagógico, psicológico, creche, cotas nos colégios de aplicação para os filhos e na educação infantil. E a não criminalização da mãe", afirma.

Educação infantil na cidade

É responsabilidade da Secretaria de Educação oferecer educação infantil para crianças de 6 meses a 5 anos. Hoje, no Rio, há:

- 206 Espaços de Desenvolvimento Infantil
- 247 creches
- 163 unidades conveniadas
- Quase 70 mil crianças
- 38,5% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas
- 95,2% das crianças de 4 a 5 anos matriculadas

Dados da Secretaria Municipal de Educação (SME) e Tribunal de Contas (TCE) do Rio Grande do Sul

A lei existe, mas acesso à creche nunca chega

Em alguns casos, auxílio-creche faz com que instituições não discutam educação infantil de qualidade

A luta das estudantes pede respostas dentro das universidades. O Ministério da Educação (MEC) diz que o acesso à creche é papel dos municípios e não do governo federal. No entanto, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que orienta as universidades, tem a creche como uma forma de assistência, o que seria exclusivo para estudantes mais pobres.

Mas a maioria das universidades aplica essa resolução como um auxílio-creche, um valor em dinheiro para a pessoa responsável pela criança. Esse método é criticado, pois a universidade não pensa em educação infantil de qualidade e envia crianças para creches particulares.

AVANÇOS NA UFRRJ

Em 2014, foi criado o Coletivo de Pais e Mães (Copama) da Universidade Federal Rural do Rio. Eles lutam pelos direitos de mães e pais estudantes, moradores dos alojamentos de Seropédica. Juliana Borges, estudante de Hotelaria, é mãe do Arunã, de 1 ano. Segundo ela, a universidade tenta aplicar uma parceria com creches municipais para as crianças, e pagaria o transporte. Mas essa solução não é nem ideal e nem suficiente. Juliana acredita que os principais atendimentos para mães universitárias seriam o acesso à creche e a regulamentação da entrada das crianças no restaurante universitário e no posto médico da universidade.

ARTIGO

PALAVRAS DE ÓDIO ATACAM A DEMOCRACIA

Quando a liberdade de expressão é usada para impedir avanços sociais

Nos últimos anos se tornaram mais comuns as manifestações públicas de intolerância e preconceito, o que dificulta qualquer mudança social.

Por André Gavazza e Charbele da Rosa

Foto: Tasso Marcelo / Fotos Públicas (15/03/2015)

Manifestantes pediram retorno da ditadura

Em 2012, na Assembleia Legislativa de Goiás, havia quem defendesse que "bandido bom é bandido morto". Era o líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No Facebook, há uma "página não recomendada a maconheiros esquerdistas protetores de vagabundos". Neste ano, uma página de notícias abordou o assassinato de dois jovens no Morro do Dendê. Comentários culpavam a mãe de uma das vítimas, o suposto envolvimento de uma delas com o tráfico e até a cor e aparência deles. O jornalismo do grupo *Globo* se lançou em uma campanha aberta pela redução da maioridade penal. O assassinato de um médico na Lagoa foi o pretexto usado para sustentar a campanha.

ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

É fácil sentir que o discurso conservador cresceu. Páginas nas redes sociais e correntes de Whatsapp defendem o assassinato de negros e pobres e pedem mais violações dos direitos humanos. A pauta do Congresso, o mais conservador desde o fim da ditadura, inclui propostas como a redução da maioridade penal, aprovada com manobras ilegais. Outros exemplos são o estatuto da família e mudanças nas leis que tornam o processo eleitoral ainda menos democrático.

Enquanto os direitos de todos não forem garantidos, ninguém estará a salvo.

Com mais acesso à internet, esse tipo de opinião passou a ser mais compartilhado. É através das redes sociais que as frustrações e medos do cidadão comum ganham o mundo.

MAIS DO MESMO

Sem um debate honesto, nunca perceberemos que esse discurso implora por soluções que já são aplicadas em excesso. O assassinato, tortura e desaparecimento de traficantes de drogas, trabalhadores sem-terra, indígenas, gays, transexuais, negros, pobres e moradores de favelas são frequentes no Brasil. Nossas penitenciárias parecem masmorras medievais. Jovens em conflito com a lei são assassinados diariamente.

Nada disso reduziu a violência e a sensação de insegurança no país. Não há uma diferença clara e reconhecida por todos entre o bem e o mal. Quem determina quem vai viver e quem vai morrer não é o cidadão comum. Não há garantia de que aquele que se sente um "cidadão de bem" hoje não será considerado um inimigo público amanhã. Afinal, aquele que defende que "bandido bom é bandido morto" se comporta como criminoso, já que a pena de morte no Brasil é ilegal. Quem seria o bandido neste caso? Enquanto os direitos de todos não forem garantidos, ninguém estará a salvo.

É preciso estar atento para as consequências do fortalecimento desse discurso. Nos anos 30 do século passado, opiniões parecidas com essas deram força ao crescimento do nazismo na Europa. A mesma situação se percebeu no Brasil pouco antes do golpe de 1964 ou no Chile pouco antes do golpe de 1973. Repetir os erros do passado não nos levará a um futuro mais justo.

O CASTIGO COMO SOLUÇÃO

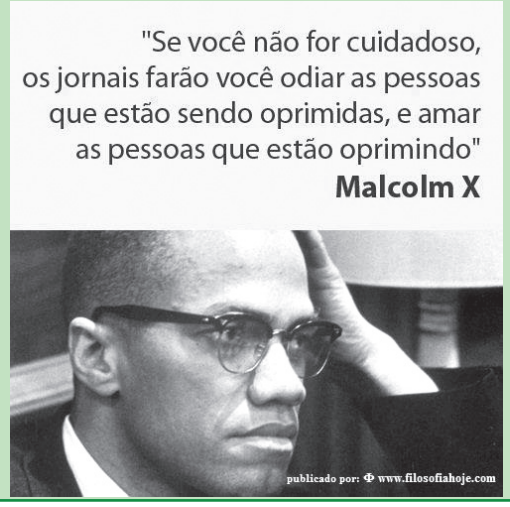
Segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Direitos Humanos em 2008, 43% das pessoas concordam que "bandido bom é bandido morto". 45% dos entrevistados são a favor da pena de morte e 54% são a favor da prisão para mulheres que praticarem aborto.

Meios de Comunicação reforçam preconceitos e medos

Esquerda e movimentos populares vivem constantemente sob ataque

A partir do começo dos anos 2000, a América Latina passou por uma renovação política. Brasil e outros países elegeram governos progressistas. As elites e grupos conservadores têm reagido contra qualquer avanço da esquerda e movimentos populares. A crise mundial enfraqueceu as economias em todo o mundo. Isso aumentou a pressão sobre os governos e o discurso conservador ganhou força.

Para os grandes veículos de comunicação no Brasil, é interessante reforçar nossos preconceitos e medos. Acabamos repetindo um discurso que não é nosso.



Os cidadãos comuns são mantidos em estado de permanente ameaça. Na falta de um debate racional, são apresentadas soluções simples, porém erradas.

Temos a sensação de que somos "cidadãos de bem" vítimas de um governo falido. Acabamos sendo convencidos de que nossos inimigos são os "perturbadores da ordem" e seus defensores. Assim, defende-se soluções individuais contra moradores de rua e de favelas, movimentos sociais e a esquerda em geral. Os gritos por castigo também atingem os políticos corruptos. A eliminação de todos esses grupos passa a ser entendida como solução final.

SOCIEDADE

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: MAIS ESCOLAS, MENOS PRISÕES

Para jovens da Maré, só educação resolve violência

Na Escola Clotilde Guimarães, nove entre dez alunos são contra a PEC 171

Por Edson Bastos, Elineide C. Nunes, Monica M. de Oliveira e Priscila Rodrigues

Mais escolas, menos prisões. Essa é uma das frases que mais circulam na internet contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos no Brasil. Segundo pesquisa do Datafolha, nove em cada dez brasileiros querem que a maioridade penal seja alterada para 16 anos. Na Escola Municipal Clotilde Guimarães, localizada na Maré, esses números se invertem: dos dez alunos entrevistados, nove são contra a redução.

Larissa, Letícia, Creusa, Raiane, Raphael, Debora, Matheus e Beatriz discordam da PEC 171. Já Adriele, não. Mesmo com opiniões diferentes, eles acreditam que grande parte dos jovens brasileiros é contra a redução da maioridade penal. Mas enquanto Adriele Lisboa, de 15 anos, diz que os jovens se posicionam contra por não quererem assumir as consequências dos seus atos, Matheus Araujo, da mesma idade, discorda: "Por ser da mesma idade, é mais fácil se colocar no lugar do outro". No entanto, essas opiniões são mal representadas no Congresso Nacional, já que apenas 4% dos deputados e senadores são jovens de até 29 anos.

FALTA DIÁLOGO

Não é apenas na política que a juventude se sente sem voz. De acordo com os entrevistados, falta diálogo nas escolas. "Não existe um momento para debate. Temos opinião, mas não somos ouvidos", afirma Creusa Ribeiro, 15 anos. Para preencher essas falhas, surgem programas como o Ocupa Escola. "Temos esse papel de escuta. Atuamos mais como um provocador, preenchendo esse espaço que falta na escola", explica Mayara Donaria, articuladora do programa na E. M. Clotilde Guimarães.

Os dez alunos entrevistados acreditam que a chave para enfrentar a violência é o investimento em educação. "Mas uma educação de qualidade, com atividades alternativas e espaço para diálogo", disse Beatriz Leandro, de 14 anos. O deputado federal Alessandro Molon, que é contra a redução da maioridade penal, também aponta a educação como solução. "Não podemos desistir de seus futuros ao sentenciá-los à deterioração nas prisões, em vez de batalhar para que tenham as condições necessárias para seu desenvolvimento", afirma.

Foto: Lívia Dornellas

Estudantes debatem proposta de redução da maioridade penal. A maioria discorda.

Menos prisões da juventude negra

"Com a redução, só vão prender preto e favelado mais cedo", aposta Larissa Gomes, de 15 anos. Leticia Mariah, da mesma idade, complementa: "O meu pai e o dela (Larissa) são amigos. O meu que é branco nunca foi revistado e o dela, negro, já perdeu a conta".

Segundo o último Mapa de Encarceramento realizado em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 encarcerados. Mas para o mesmo grupo de habitantes negros acima de 18 anos, havia 292 encarcerados. Ou seja, proporcionalmente o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior do que o de brancos.

Opinião:

Por que ser contra a redução?

Larissa Vieira - "Porque só vão prender pretos e pobres mais cedo. A solução é investimento em escolas".

Leticia Mariah – "Porque lugar dos jovens é na escola. Presos eles não vão aprender nada. Que eles sejam colocados em internatos que realmente ensinem."

Creusa Ribeiro – "Prisão não ensina nada de bom. A criança entra furtando e sai matando. O ser humano tende à liberdade. Ao invés de prisão, deve-se fazer escolas e investir em arte, dança, projetos culturais."

Raiane Gomes – "Porque reduzir a maioridade penal não reduz a violência. O jovem vai sair com a mentalidade pior do que entrou. Construir mais escolas de qualidade e internato para os que cometeram crimes."

Raphael dos Reis – "Na prisão, os adolescentes vão piorar. A solução é a educação."

Debora Rodrigues – "Reduzir a maioridade penal não vai adiantar nada. Só vai aumentar a violência. A solução é um projeto de ensino. Não adianta dar escola se eles não tem o que comer. Muitos precisam ajudar em casa. É preciso ter um plano para que os jovens possam estudar."

Matheus Araujo – "Porque não é certo um jovem ser preso com um adulto. Deveriam investir nele e não prender. A solução é a escola em tempo integral. Levar arte e educação para a vida deles.'

Beatriz Leandro – "Na prisão, ele só será influenciado pelos adultos a cometer crimes mais graves. A solução é investir em educação, mas uma educação de qualidade, com atividades alternativas e espaço para diálogo."

Por que ser a favor da redução?

Adriele Lisboa –"Sou a favor da redução porque 16 anos já não é mais criança e se pode cometer crime também pode pagar por eles. A redução é o começo. É preciso ter cela diferenciada, classificação de risco. E também investir na educação das crianças para não chegarem a esse ponto."

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A FÉ QUE INCOMODA! INTOLERÂNCIA MATA

Destruição de Terreiros, mortes, ameaças e perseguições desafiam a dignidade dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

O respeito às diferenças no campo da fé, em uma sociedade cada vez mais preconceituosa, tornou-se uma bandeira de luta para os Povos Tradicionais de Matriz Africana.

Por Mônica "Combatentte" Xavier

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana têm como principal referência os rituais e cultos africanos. O conhecimento é transmitido através da fala. Este conceito recebe o nome de oralidade, no qual as informações são guardadas na memória humana. De acordo com as Tradições Afro Brasileiras, o culto aos Orixás, que representam cada elemento da natureza, é milenar. Por isso a palavra "religião", que vem do latim e significa religar-se, não faz muito sentido, para os Povos Tradicionais de Matriz Africana. Estes nunca perderam seu contato com Deus através da natureza.

O fato é que o culto aos Orixás incomoda. As roupas, as joias, o canto, a culinária, a dança, a música, os terreiros e todo ritual. A inclusão social que um terreiro promove é visível. A importância do papel da mulher negra, principalmente tomando decisões e ocupando cargos de liderança, desafia a lógica de uma sociedade individualista, conservadora e preconceituosa.

A inclusão social que um terreiro promove é visível.

VIOLÊNCIA NO RIO

Tudo isso incomoda e gera trágicas atitudes, como o caso da menina Kayllane Campos, que foi apedrejada ao sair de um terreiro de Candomblé na Zona Norte do Rio de Janeiro. Apesar da grande repercussão deste caso, muitos outros vêm sendo cometidos há décadas. E as formas de violência são diversas, incluindo arrombamento, roubo, destruição de Terreiros, mortes e ameaças.

Foto: Cris Cotrim/Ilê Asé Egi Omin

Na Ilha de Guaratiba, o Ilê Asé Egi Omin mantém a tradição da nação Ketu

RESISTÊNCIA: Marcha contra Genocídio do Povo Negro

Militantes realizam ato histórico em Salvador

O percentual de jovens negros mortos se multiplica a cada ano. As agressões físicas e os assassinatos, na maioria das vezes cometidos pela polícia, comprovam a existência de um Genocídio da Juventude Negra. Considera-se "genocídio" a prática de crimes com intenção de eliminar um determinado grupo ou povo por diferenças raciais, nacionais e religiosos.

Para denunciar essa situação, milhares de jovens negros, moradores de periferias, quilombos e favelas, participaram da 3ª Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro. O ato foi realizado no dia 24 de agosto em Salvador (BA). Cerca de cinco mil pessoas foram para as ruas, dentre elas as mães das vítimas. "Participar do processo de construção e da marcha foi muito intenso. Apesar de todas as dificuldades, o desejo de mudança, esperança e resistência foi o que alimentou a presença do Coletivo Ocupa Alemão, que foi muito bem recebido pelos companheiros dos outros Estados", conta Zilda Chaves, moradora do conjunto de favelas do Alemão e militante do Coletivo Ocupa Alemão, no Rio.

Movimento negro luta pela implementação da lei de combate aos crimes raciais

No Rio de Janeiro, o Centro de Promoção da Liberdade e Direitos Humanos (CEPLIR), em dois anos e meio, registrou mais de dois mil casos de intolerância religiosa. Estes são números publicados em relatório apresentado em Audiência Publica na Assembleia Legislativa do Estado – ALERJ. A Lei 5931/11, que criou a Delegacia de Combate aos Crimes Raciais e Intolerância, permanece à espera de sua implementação. Porém, tão importante quanto a punição é a conscientização de que os Povos de Matriz Africana merecem respeito, pois sem a contribuição deles na ciência, na cultura e na construção civil, o que seria do Brasil?

2 mil casos de intolerância no Rio em 2 anos e meio

AMÉRICA LATINA

EQUADOR: A LUTA POPULAR MUDOU A HISTÓRIA DO PAÍS

Práticas solidárias constroem o poder popular na cidade de Quito

Para o coletivo político Bulla Zurda, a luta social e política se conquista com organização, convicção, consciência de classe e comunicação do povo para o povo

Por Anita Barrientos e Marcelo Rodríguez

O Equador, país sul americano localizado na metade do mundo, possui uma rica diversidade cultural. São 14 nacionalidades indígenas e 20 povos, entre eles mestiços, montubios e afrodescendentes, reconhecidos pela atual Constituição.

Entre os anos 1984 e 2005 o país passou por fortes problemas econômicos, sociais e políticos. Aumentaram os índices de pobreza e desigualdade. O país quebrou e mudou sua moeda, do Sucre ao Dólar americano. Foram evidenciados fortes problemas de corrupção nos governos. Num período de dez anos, sete presidentes saíram sem acabar o mandato.

Esses fatos mudaram graças ao povo, que saiu às ruas para se manifestar. Em 2006, com Rafael Correa como novo presidente junto a uma ampla participação social, se iniciou o processo de construção da nova constituição, que foi aprovada pelo povo no ano 2008. Esta reconhece o Equador como um Estado soberano, plurinacional e intercultural. Essas conquistas só foram possíveis pelo compromisso e luta de milhares de cidadãos que se mobilizaram para mudar a história do país.

O coletivo político Bulla Zurda é um exemplo desta luta. Essa organização revolucionária e anticapitalista trabalha desde o ano 2000 junto a trabalhadores, estudantes, camponeses e líderes de organizações de bairros populares na cidade de Quito. Seu objetivo é a construção e o fortalecimento do poder popular. Poder que permite aos cidadãos exigir seus direitos a uma vida digna e a uma sociedade justa, democrática e solidária.

PODER POPULAR

Essa organização realiza várias atividades nos territórios, enfocadas em três áreas de ação: revolução agrária, urbana e cultural. Atualmente, trabalha junto à Associação de Empreendedores "El Porvenir" na sua resistência e luta de 15 anos pela terra na periferia sul da cidade. Procuram alternativas para a construção de um bairro que respeite a diversidade cultural e a natureza.

Fotos: Coletivo Bulla Zurda

Coletivo Bulla Zurda, de Quito, Equador

O grupo também apoia o "Movimiento Vecinal de Quito", organização que agrupa representantes de diferentes bairros dos subúrbios da cidade. Realiza periodicamente aulas de formação política dirigidas a líderes de organizações sociais com o fim de promover o pensamento político crítico e definir pautas de mobilização popular. Também acompanha a escola de verão para jovens e crianças no bairro Chimbacalle, que através da educação popular forma os novos líderes sociais.

Mural que lembra o assassinato do revolucionário Manuel Marulanda

COMUNICAÇÂO POPULAR

Bulla Zurda entende que a comunicação popular é feita "pelo povo, para o povo e com o povo". Por isso, conta com um centro de imprensa chamado "Nuestro Americano", criado como uma ferramenta de comunicação livre e alternativa. No site encontram-se fotografias e vídeos com experiências de lutas populares do mundo todo. O coletivo também tem uma rádio comunitária que pode ser ouvida pela internet. A pintura de murais é outro instrumento de comunicação. As paredes da cidade, com suas cores e conteúdo social, convidam à reflexão.

Pode-se dizer que a construção do poder popular e a realização de práticas solidárias são o coração deste coletivo político. Não há descanso, a criação de um mundo mais justo e solidário é possível. Para conhecer, acesse: *www.nuestroamericano.org*

IMIGRAÇÃO

HAITI: IMIGRANTES VÊM TENTAR A SORTE ENQUANTO BRASILEIROS VÃO COMO SOLDADOS

Preconceito contra haitianos gera onda de violência

Brasil entra para a rota dos imigrantes haitianos. Aqui eles enfrentam discriminação racial e evitam as favelas cariocas.

Por Miriane Peregrino

No início de agosto, seis haitianos foram baleados nas escadarias da Paróquia Nossa Senhora da Paz, em São Paulo. Ali funciona a Casa do Migrante, local de acolhimento de imigrantes ligado à Missão Paz. Miguel Ahumada, responsável pela rádio da Casa do Migrante, afirma que a imigração haitiana cresceu em São Paulo desde o ano passado, quando em apenas três dias chegaram cerca de 600 haitianos na cidade: "O trabalho da igreja é cuidar dessas pessoas, mas o trabalho do Estado é fazer sua política migratória".

São muitos os casos de violência e racismo sofridos por haitianos no Brasil e de denúncias sobre as dificuldades que encontram na hora de procurar emprego aqui. Apesar disso, muitos haitianos encaram a fila no Serviço de Consulado da Embaixada do Brasil no Haiti para tirar o visto humanitário.

"Aqui as coisas são muito difíceis. Tenho duas crianças para mandar pra escola. Eu acho que se eu for pro Brasil consigo trabalho", afirmou Robson, 29 anos, enquanto aguardava sua vez na fila do Consulado do Brasil no Haiti.

"O Haiti é bom para os estrangeiros. São eles que estão ganhando dinheiro lá"

O haitiano Emerson já esteve no Brasil em 2012, trabalhou na construção civil e não pensa em sair do Haiti novamente: "Tive saudade da minha família, do meu país e, por isso, tive que voltar para cá. Eu não tenho vontade de ir pro Brasil de novo. É preciso muito dinheiro para ir pra lá. O dólar tá caro. Mas os olhos dos haitianos estão no Brasil".

Foto: Miriane Peregrino

Homens e mulheres aguardam atendimento do Consulado do Brasil no Haiti, em Porto Príncipe.

Brasileiros lá e haitianos cá

São Paulo também é um dos estados que mais enviam soldados para o Haiti desde que o Brasil passou a chefiar a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Em 2010, o Haiti sofreu um grande terremoto e uma epidemia de cólera. Essa situação de dificuldades explica por que tantos deles vêm para o Brasil e soldados brasileiros fazem a rota contrária. Wesley, haitiano e morador do Rio de Janeiro, explica: "O Haiti é bom para os estrangeiros. São eles que estão ganhando dinheiro lá. Você sabe quanto ganha um soldado do Exército lá e quanto ganha um soldado aqui?". Apesar de ser formado em jornalismo e falar pelo menos quatro idiomas, Wesley trabalha aqui na área de construção civil, em obras dos megaeventos.

Recentemente, o Ministro da Justiça no Brasil, José Eduardo Cardozo, anunciou que o governo brasileiro aumentará o número de concessão de vistos para haitianos como uma medida contra a entrada ilegal de imigrantes.

Um haitiano de Bel Air na favela da Maré

Foto: Miriane Peregrino

Bel Air, gueto de origem de Yves. Ao fundo, a estátua de Madame Colo, marca de um bairro inicialmente povoado pela burguesia haitiana.

Yves Pierre tem 40 anos, é de Bel Air, um "gueto" de Porto Príncipe, capital do Haiti. O gueto para o haitiano equivale para nós, brasileiros, a uma favela. Pierre está há mais de um ano e meio no Brasil. Atravessou outras cidades brasileiras e até outros países, antes de chegar ao Rio de Janeiro. Foi o único haitiano localizado na Maré e, segundo ele, seus amigos têm medo de morar nas favelas daqui: "A favela daqui é diferente. Eu trouxe um amigo e ele não quis ficar. Ele não era de gueto, eu sim."

Embora os alugueis sejam mais baratos, há poucos haitianos em favelas cariocas. Uma das explicações para isso é o fato de que a maioria dos imigrantes são do Norte do Haiti, área menos urbana e famosa por suas belas praias e pelo conjunto arquitetônico do Parque Histórico Nacional, declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1982. A segunda explicação é a violência policial que atinge as populações das favelas cariocas.

Yves afirma que os brasileiros são bem recebidos em seu país, mas nem sempre isso ocorre com os haitianos que vêm para o Brasil: "O brasileiro tá achando que o seu país é o último do mundo. Olha a pergunta que me fizeram um dia: 'Por que você deixou o seu país? Se você fosse tão bom, por que não ficaria lá?'. Quer dizer, não existe brasileiro no Haiti? É só haitiano que tem lá?".

Segundo Robert Montinard, ex-presidente da Associação de Haitianos Cariocas, há no Rio de Janeiro cerca de mil imigrantes haitianos. Uma concentração fica em São Gonçalo, trabalhando para uma empresa de coleta de lixo. Sabe-se de mais duas nas áreas de Curicica e Asa Branca, zona oeste do Rio. (*MP*)

RIO DE JANEIRO

EXPULSÕES PELO ESTADO

Prefeituras trocam urbanização por remoção

Conheça o drama dos moradores da Vila Autódromo e da Praia do Sossego.

Por Izabel Santos, Elineide Nunes e Maria Karolina

Foto: Izabel Santos

Jane, ex-moradora da Vila Autódromo.

Jane Nascimento, ex-moradora da Vila Autódromo, em Jacarepaguá, olha com tristeza para os escombros do que um dia foi seu lar. Era uma casa rodeada de árvores frutíferas. Hoje, apenas entulhos.

Assim como os vizinhos, foi autuada sob a alegação de que sua residência estaria dentro da Lei da Desapropriação por Utilidade Pública, prevista pela Constituição Federal. Aos poucos, os moradores foram removidos de suas casas, ainda que em situação regular com a prefeitura.

Na negociação junto ao município, a moradora receberia uma indenização mínima, que não daria para comprar outra casa. Teve que recorrer à Justiça para garantir um valor justo.

As remoções e realocações envolvem o poder público e a especulação imobiliária. Grandes empresários enxergam somente lucros naqueles espaços e o Estado, com interesses afins, cria "brechas legais" para que possam agir. No entanto, esquecem das raízes e histórias dos locais.

"A Lei tem arapucas que favorecem apenas o capital, não o trabalhador", diz Jane, inconformada. Mesmo não vivendo mais na comunidade, ela continua atuando junto aos moradores pela permanência na região.

OS QUE RESISTEM

Francisco Marinho, porteiro e morador da comunidade desde 2002, também faz parte do grupo de resistência. Ele conta que uma área da comunidade conhecida como "Miolo" faz parte de um projeto para os Jogos Olímpicos. O governo, preocupado com a resistência da população, passou a oferecer altas quantias para que saíssem do local depressa.

"Amizades foram desfeitas por dinheiro. De 700 famílias, somente 150 ainda resistem. Muitos saíram com a ideia de que poderiam ter tudo o que um morador da Barra tinha. A maioria deles foi morar num conjunto habitacional", relata o porteiro.

Francisco também denuncia a falta de cuidado das demolições. Muitas casas foram derrubadas e comprometeram a estrutura das residências vizinhas. "Vergalhões ficavam à mostra, há muitos buracos nas ruas, canos de água e esgoto quebrados e o entulho não era retirado", reclama o morador.

Os moradores tentam organizar a comunidade. Colaram adesivos nas casas que não devem ser derrubadas, passaram a fiscalizar a obra para garantir que estragos fossem reparados, conquistaram a retirada dos entulhos após muita luta e fizeram uma guarita na entrada da região para evitar a invasão dos carros da obra. Ainda assim, a Vila nunca mais será a mesma.

Foto: Izabel Santos

Escombros das casas derrubadas na Vila Autódromo.

O sossego acabou

Foto: Elineide Nunes

Cartaz feito pelos moradores da praia do sossego.

Em Niterói, remoções também têm acontecido na Praia do Sossego. A prefeitura alega que o espaço é área de preservação.

Recentemente, demolições ocorreram na praia prejudicando a vida de famílias que habitam a região há quase 50 anos.

Rosangela Duque, por exemplo, teve a casa demolida no último mês. Ela, o marido e sua filha, de cinco anos, não foram avisados que teriam que deixar a residência naquele dia 12 de agosto. Sequer tiveram a oportunidade de retirar os pertences de casa.

"Por não termos resistido, não houve violência física. No entanto, fiquei indignada com o fato dos policiais estarem armados na frente de minha filha, desnecessário", comenta Rosangela.

Atualmente, a moradora está vivendo em uma casa com outras duas famílias. São doze pessoas – três grávidas - dividindo a mesma residência enquanto aguardam uma posição da prefeitura, que havia prometido realocar a população afetada. Os moradores aguardam uma reunião com a prefeitura em setembro.

MEMÓRIA

ABERTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA

Mulheres e Redemocratização do Brasil

Elas participaram ativamente do movimento pela anistia, reconstrução da UNE e Diretas Já nos anos 1970 e 1980

Por Rafaela Domingues e Edelson Parnov

Na segunda metade dos anos 1970, grande parte da oposição à ditadura estava enfraquecida. Qualquer luta pela redemocratização teria que passar pela anistia dos presos e exilados políticos.

Em 1975, a advogada Therezinha Zerbini começou a articular a criação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), em São Paulo. Ela já possuía uma história de luta contra a ditadura. Seu marido era o general Euryale Zerbini, que se opôs ao Golpe de 1964. Além disso, ela ajudou Frei Tito a conseguir o sítio para a realização do congresso da UNE de 1968, em Ibiúna (SP). Esse fato levou à sua prisão, em 1970. Ficou seis meses detida.

O MFPA era um movimento formado, principalmente, por mulheres de classe média e católicas. Foi um marco na reorganização das lutas sociais pela abertura política do país, sendo o primeiro a exigir a anistia dos presos e exilados políticos. Em pouco tempo, foram criados núcleos em mais sete estados: BA, MG, CE, PB, RS, SE, PE.

Em 1978, com a ampliação do movimento pela anistia para outros setores da sociedade, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), no Rio. No ano seguinte, a Lei da Anistia seria aprovada.

O movimento estudantil e sua principal organização, a UNE, foram alvo da ditadura desde o primeiro momento do Golpe. Em 1º de abril, o regime incendiou o prédio da entidade, no Rio de Janeiro. Também naquele ano, a Lei Suplicy de Lacerda colocou na ilegalidade todas organizações estudantis.

CONGRESSO DE IBIÚNA É REPRIMIDO

Contudo, a UNE sofreu o mais duro golpe em 1968. Seu 30º Congresso, realizado em Ibiúna (SP), foi descoberto pela repressão e mais de mil estudantes acabaram presos. A entidade sobreviveu de forma precária nos anos seguintes. Em 1973, seu último presidente, Honestino Guimarães, foi desaparecido pela ditadura.

A UNE só foi refundada em 1978, no 31º Congresso, em Salvador, depois de anos de mobilização estudantil. Pouco tempo depois, em 1982, no 34º Congresso, realizado em Piracicaba (SP), a entidade elegeu sua primeira presidente. Era Clara Araújo, estudante de ciências sociais da UFBA e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Sua gestão (1982-1983) foi marcada pelo apoio à primeira mobilização das Diretas-Já, realizada no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 1983. Além disso, enfrentou o machismo da organização e defendeu maior representação feminina nos espaços políticos, legalização do aborto e mais direitos para estudantes grávidas e com filhos.

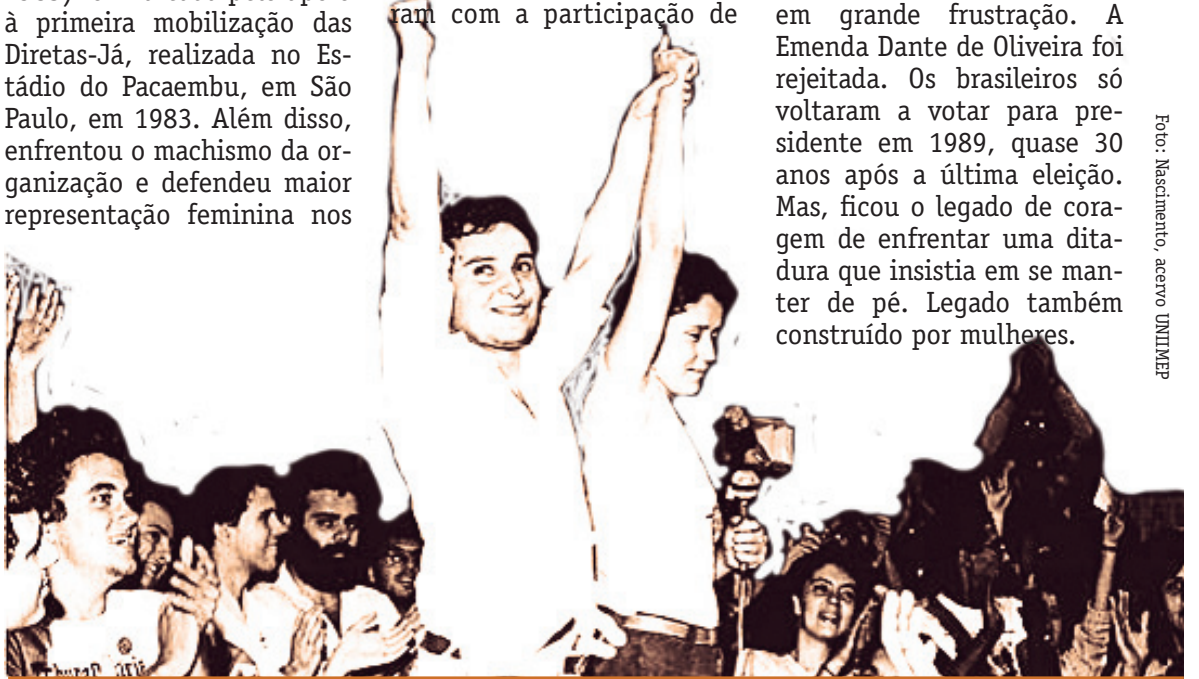
ATUAÇÃO DAS MULHERES NAS DIRETAS-JÁ

O ano de 1984 foi marcado pelas maiores manifestações de massa da história do país até então. Era o movimento Diretas-Já, iniciado no final de 1983, exigindo a volta do direito de votar para presidente.

As mobilizações contaram com a participação de diversos artistas, incluindo muitas mulheres. A cantora paraense Fafá de Belém emprestou sua voz à canção -hino das Diretas, "Menestrel das Alagoas".

Porém, a participação feminina nas *Diretas Já* não se deu apenas por meio de artistas. O movimento contou com mulheres de diversas origens sociais. Elas organizaram o Comício das Mulheres, em Brasília, em frente ao Congresso Nacional, em 1984.

O movimento terminou em grande frustração. A Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada. Os brasileiros só voltaram a votar para presidente em 1989, quase 30 anos após a última eleição. Mas, ficou o legado de coragem de enfrentar uma ditadura que insistia em se manter de pé. Legado também construído por mulheres.



Clara Araújo é eleita primeira mulher presidente da UNE

Foto: Nascimento, acervo UNILMEP

O poder político de Eduardo Cunha

Proposta de redução da maioridade penal é aprovada após golpe na Câmara dos Deputados.

Por Anthony Rodrigo

No dia 1° de julho, a Câmara dos Deputados colocou em votação o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que determinava a punição para adolescentes, a partir de 16 anos, em qualquer tipo de crime, até mesmo em pequenos furtos. O projeto busca acima de tudo a criminalização da juventude negra e pobre, em vez de integrá-la à sociedade através de educação, cultura e arte. A PEC foi rejeitada pelos parlamentares numa votação apertada: a proposta precisava de 308 votos para ser aprovada. Faltaram 5 votos a favor.

O objetivo era criminalizar a juventude em casos de crimes hediondos. Isso, claramente, causaria uma lotação ainda maior das cadeias brasileiras para que, mais tarde, estas fossem privatizadas, causando assim o lucro da elite econômica do país.

No dia seguinte à primeira votação, o presidente do Congresso, Eduardo Cunha (PMDB), em uma manobra política ilegal, usou do texto original para colocar novamente em votação a proposta. A manobra, guardadas devidas interpretações, fere o quinto parágrafo do Artigo 60 da Constituição Federal, que impede o deputado de colocar em votação qualquer proposta de emenda que já tenha sido rejeitada. A proposta foi aprovada, depois de vários deputados mudarem seu voto de um dia para outro.

Por ser uma emenda que modificaria a Constituição Federal, existia a necessidade da Câmara colocar a redução da maioridade penal para ser votada pela segunda vez. No dia 19.08 houve o segundo turno da votação, e a proposta, que foi novamente aprovada, dependia dos mesmos 308 votos (3/5) do número de deputados para que depois fosse transferida para responsabilidade do Senado Federal.

A manobra política de Eduardo Cunha mostra que as decisões do parlamento colocam em primeiro lugar os interesses particulares e das elites econômicas no país.

CULTURA

HONK! RIO: FESTIVAL OCUPOU A CIDADE EM AGOSTO

Bandas de fanfarra promovem acesso à música nos espaços públicos do Rio

Após o carnaval, movimento de músicos promove primeiro festival para ampliar acesso à arte e à cultura

Por Carolina Vaz e Wellington Castro

Entre 6 e 9 de agosto, Rio e Niterói receberam o festival internacional de fanfarras Honk! Rio. A iniciativa reuniu diversos artistas musicais do Rio, Niterói, São Paulo, Chile e Estados Unidos. Foi o primeiro festival de fanfarras no país e contou com a presença de 20 bandas "brass" ("metal"), três blocos de carnaval e mais de 350 artistas.

Em outubro de 2013, a banda "Os Siderais" foi a primeira a participar deste mesmo evento ocorrido em Boston, nos Estados Unidos. De lá para cá, o movimento só tem se expandido com "neofanfarrismo". São orquestras de rua que tocam instrumentos de sopro e percussão, fazendo dos espaços públicos um ambiente acessível à cultura musical, além de trazer alegria, claro!

Foto: Wellington Castro

Abertura do evento agitou a noite na Praça XV

O objetivo do movimento de fanfarras é permitir um encontro de pessoas através da música, em diferentes espaços públicos, como a rua. Este ano o evento arrecadou cerca de 17 mil reais para o custeio das estadias dos artistas. A iniciativa dos músicos não envolve dependência financeira de empresas ou governo, e nem pretende se tornar algo como mercado da música.

A produtora Thaís Zveibil, presente com a família na Praça XV, aproveitou para rever amigos: "A gente juntou a família pra vir. Nós temos um grupo de dança que é quase um circo familiar. Recentemente houve um circuito de arte, em São Paulo, com vários grupos de circo, arte... um dos grupos foi uma fanfarra que tocará aqui. E a Orquestra Voadora também participou. Praticamente é um reencontro".

ARTE NA RUA

Marcio Sobrosa, músico da Orquestra Voadora, relata a ideia de usar o evento para ocupar as ruas. Segundo ele, movimentos como esse têm sido reprimidos. E o Honk é uma resposta a isso: "A gente está passando por um momento de repressão e acolhimento. Isso pode ser um grito, no sentido de que 'a gente pode'! A gente está tentando construir um caráter mais politizado, como o próprio carnaval é: uma expressão de cultura popular. E isso não é nada careta! É questão de não virar produto". E completa, marcando a importância de causar interação entre os presentes: "Podemos ter consciência do lugar em que vivemos... Trocar isso, compartilhar, e não ficar sozinho".

RESISTÊNCIA CULTURAL

É importante considerar que o movimento "neofanfarrismo" resgatou o carnaval de rua da cidade do Rio. E hoje o festival de fanfarras é a continuação de um projeto que espalha arte e música por toda a cidade. Um projeto de resistência que visa a tornar os espaços públicos livres para boas farras!

ZINES COMO ESPAÇO DE LUTA FEMINISTA

Em entrevista, a jovem Sofia Laureano fala sobre a arte como forma de militância

Por Edelson Parnov e Miriane Peregrino

Sofia Laureano tem 19 anos e cursa geografia na UERJ. Mora em Itaboraí (RJ). Lá a maioria das pessoas é religiosa e desde nova ela já tinha "tretinhas".

No ensino fundamental, ela se descobriu lésbica. No ensino médio, começou a participar dos coletivos feministas e foi lá que conheceu a galera dos zines. Lançaram, então, o selo Drunken Butterfly ["Garota embriagada"]. Através dessa página recebem zines do Brasil inteiro. Já fizeram duas edições colaborativas: "Retórica Clitórica" e "4xAmor", que fala de amizade, amor e sofrência.

ARTISTA E FEMINISTA

Sua militância feminista é feita através de zines, da sua vivência e da sua banda "Belicosa". A vantagem dos zines é terem um custo muito baixo: Sofia desenha, xeroca, dobra e vai para a rua trocar e vender. "Eles podem circular livremente. Se você enjoar, você deixa num ponto de ônibus, não precisa se apegar." Também dá para trocar pela internet.

Sofia é uma mulher, lésbica, negra e trabalhadora. Ela afirma que é difícil articular essas quatro identidades no feminismo: "Não tenho como ser feminista branca, que não trabalha, que está na rua de noite em lugares seguros. Então, parafraseando Audre Lorde: 'Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.'

SABER OUVIR

Mesmo com figuras interessantes nas universidades, ela afirma que aprende muito mais com as pessoas com quem convive. "Tem o feminismo da academia? Tem, mas tem uma mulher sentada do meu lado no ônibus com uma vivência foda, por que não me espelhar nela?". Sofia lamenta não ter conseguido até hoje realizar um show da banda Belicosa em Itaboraí.

"Circular na minha cidade da maneira que eu circulo acaba sendo uma maneira de militância".

Sofia avisa que será realizado este ano a terceira edição do festival Sufrágio Feminino, o qual reunirá várias bandas do Rio. Estão procurando um lugar para a realização do evento com acessibilidade, para que cadeirantes também possam ir.

Foto: Miriane Peregrino

Sofia Laureano mostra seus zines.

GÊNERO

MAIS UMA LEI É CRIADA PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE

Violência contra as mulheres é uma realidade

A cada duas horas, uma brasileira é morta violentamente

Por Mariana Suzano, Mariana Bomfim e Sofia Laureano

Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década. Ou seja, a cada duas horas, uma brasileira foi morta sob condições violentas. A maioria dentro de suas próprias casas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mulheres jovens são as principais vítimas. Do total de mortes, 61% foram de mulheres negras.

Para a deputada federal e ex-ministra Maria do Rosário, é importante avançar no reconhecimento de que a violência de gênero é uma realidade. "O crime é somente pelo fato de ela ser mulher e ela existir. Vivemos ainda em uma cultura, que convencionamos chamar de patriarcal, na qual a mulher é considerada propriedade de um homem, pai, namorado ou marido. Por isso a importância de dar destaque a esse crime. A invisibilidade é o principal apoio a esse tipo de crime".

> **"O crime é somente pelo fato de ela ser mulher e ela existir"**

LEI DO FEMINICÍDIO

A lei do feminicídio, estabelecida este ano, dá destaque ao crime contra a mulher dentro do Código Penal. Segundo a deputada, a aprovação desta lei mostrou a força da bancada feminina dentro da Câmara Federal. São apenas 51 mulheres, em contraponto a 513 deputados homens. A bancada se uniu independente de partido ou diferenças ideológicas para construir a unidade, e junto da Secretaria de Políticas para as Mulheres aprovar essa importante lei.

A aprovação da lei, segundo Maria do Rosário, é apenas uma de muitas conquistas que ainda precisam ser garantidas. "Existe um movimento que não é só dentro da Câmara que ataca a expressão gênero. Inicialmente o Projeto de Lei era um crime contra o gênero, mas tivemos que trocar para a expressão mulher, que é uma questão biológica. Quando falamos de gênero incluímos homoafetivos e esse movimento não aceita. Conquistamos a lei do feminicídio, mas a retirada do termo 'gênero' deve ser conhecida pela sociedade. O termo correto contra a violência contra a mulher deveria ser gênero, não apenas mulher, por uma questão cultural".

Segundo o Mapa da Violência, realizado em 2012 pelo Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos, o Brasil ocupa a 7ª posição de maior número de assassinatos de mulheres no mundo, num ranking com 84 países. Os Estados com maiores taxas de homicídio a cada 100 mil mulheres foram: Espírito Santo (11,24), Bahia (9,08), Alagoas (8,84), Roraima (8,51) e Pernambuco (7,81).

Deputada Federal Maria do Rosário

BRASIL:
7º lugar
no ranking mundial de assassinato de mulheres
[84 países analisados]

Diferença entre a Lei Maria da Penha e Feminicídio

A Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, atribuiu o feminicídio como uma qualificação do crime de homicídio do artigo 121 do Código Penal, quando envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena do crime de feminicídio é aumentada quando praticado durante a gestação ou até três meses após o parto, contra menor de 14 anos, maior de 60 ou com deficiência e na presença de familiares da vítima.

Segundo a advogada Michele Salek, defensora dos direitos das mulheres, o feminicídio é diferente da Lei Maria da Penha por se referir direto ao crime de homicídio praticado contra a mulher em razão do sexo feminino. Já a Lei Maria da Penha possui uma aplicação mais ampla. A Lei estabelece como crime toda violência doméstica contra a mulher, incluindo além do homicídio, a lesão, o sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial. Além disso, a Lei Maria da Penha também pode ser aplicada aos demais membros do núcleo familiar, independente de ser homem ou mulher. Para ela, a promulgação desta lei é mais uma forma de afirmação dos direitos das mulheres e muito representa na luta contra a violência praticada contra a mulher por razões de gênero.

GÊNERO

"SE HÁ ABUSO FÍSICO OU PSICOLÓGICO, ELE NÃO TE AMA"

Mulheres sentem dificuldade em falar sobre violência contra elas

Apesar dos avanços nas leis e nas informações, as mulheres ainda são tratadas como objetos de desejo e propriedade masculina.

Por Mariana Suzano, Mariana Bomfim e Sofia Laureano

"Eu era virgem. Tinha 15 anos, não sabia nada de sexo. Fui estuprada, enganada, traída. E ele me fez fazer um aborto! Eu fiz e, ainda assim, me agrediu fisicamente. Queria terminar, mas ele não deixava. Não conseguia me afastar, mesmo ele tendo outras mulheres. Me sentia culpada, como se eu não fosse suficiente para ele. Me bateu de novo. Dessa vez, eu apaguei ele de vez da minha vida. Hoje, com 32 anos, ele ainda me procura".

Essa é a história de muitas meninas, que mal sabem que estão nesta mesma situação. Vivemos em uma cultura que não favorece as mulheres. A misoginia – sentimento de ódio às mulheres – é presente em nossa sociedade. Essa opressão é mantida, seja nas agressões físicas, seja nas emocionais. Faz as mulheres se sentirem inferiores, negando seus corpos, suas vontades, seus desejos, sua liberdade. De acordo com esse pensamento, a mulher nunca é a vítima, e sim a causadora da própria violência. A sociedade faz com que ela acredite que, se apanhou, é porque era vagabunda. Se foi estuprada, é porque estava com roupa curta.

Para a socióloga e professora Claudia Machado, o mais importante para mudar isso é as mulheres falarem abertamente sobre o que passam para outras como experiência e exemplo, para que não se sintam sozinhas. Que saibam que isso acontece e que isso é inaceitável. Elas podem criar grupos de ajuda mútua para fazer com que o agressor saia da casa de uma vítima/sobrevivente. Que possam fazer ações que não precisem passar pelo Estado.

Foto: Valter Campanato / Ag. Brasil

Marcha das Margaridas denuncia violência contra as mulheres

Entrevista: Relatos de experiências dolorosas

Em entrevista para o jornal **Vozes das Comunidades,** duas mulheres, que passaram por experiências de abuso, dividem um pouco de suas histórias, na esperança que outras pessoas que estão nessa situação se identifiquem e denunciem. Por escolha delas, o anonimato de seus nomes foi mantido.

Quando você percebeu que a vítima era você?

M - Anos depois, infelizmente. Eu achava que eu era culpada, pois transei com um cara sem ser casada. Tinha que agradar ao macho. Achava que, se ele me traía, eu deveria ter algum problema.

J - Gostaria que minha história servisse de alerta pra todas as mulheres. O agressor é meu pai. Ele me criou até os 15 anos, mas a coisa já desandava desde os meus 12, quando ele descobriu que estava doente. Chegou um momento em que ele começou a surtar, se entupia de remédio. Vivia drogado dentro de casa. Começou a ficar agressivo. Me deu um murro na cabeça quando eu perguntei algo sobre os canais de TV. Eu chorei. Minha mãe chorou, minha irmã chorou. Depois começou a cheirar, enlouqueceu. Chegou a se internar. Eu odiava aquela imagem de pai. Dizia aos 13 anos para minha mãe: ou eu ou ele. Aos 15, eles finalmente se separaram. Ele não aceitava e corria atrás. Nunca mais ligou pra mim. Não era mais meu pai. Ligava e perguntava onde estava a minha mãe, o que ela estava fazendo. E assim foi o começo do abuso psicológico. Passaram-se dois anos. Ele dizia que ela era uma vagabunda. Depois mais ameaças.

Se há abuso físico ou psicológico, ele não te ama.

Um dia, ele se atirou pra dentro do meu portão. Queria entrar na casa e bater na minha mãe. Roubar nossas coisas. Fizemos então a medida protetiva e vários Boletins de Ocorrência por ameaça. Então ele foi preso pela Lei Maria da Penha. Já tive várias audiências com ele, frente a frente. Sempre nega tudo e se faz de coitado.

Eu amo minha mãe e não a julgo. Aquela mesma história de não ter pra onde ir, não ter pra onde levar os filhos. Não querer deixar ele doente e o principal: acreditar que ele vai mudar.

Como você encara esse episódio da sua vida?

J - Quero que essas meninas entendam que relações abusivas não é amor. Se há abuso físico ou psicológico, ele não te ama. Amar não é fazer sofrer. Minha mãe se casou nova para fugir de casa. Hoje estou bem. Nenhuma mulher merece isso.

Você e sua mãe, quando foram fazer a denúncia, se sentiram protegidas e ouvidas?

J - Na verdade, não. O descaso às mulheres que faziam o Boletim de Ocorrência, na delegacia, era muito. Diziam que não iria dar em nada, que só aconteceria alguma coisa se realmente acontecesse uma tragédia. Saí de lá chorando. Só me senti protegida e ouvida na audiência com o juiz e a defensora.

MORADIA

MTST: UMA LUTA PARA VALER

Militantes Sem Teto ocupam terreno e exigem direito à moradia em Niterói

No Largo da Batalha, em Niterói, a luta promete ser longa e dura para as famílias da ocupação "6 de abril de 2010". Organizada pelo MTST, ela fica em um terreno que pertence à Prefeitura, na estrada Francisco da Cruz Nunes

Por Hugo Parra Fraile

Fotos: Hugo Parra Fraile

Ocupação "6 de abril de 2010" do MTST em Niterói.

O direito à moradia, por meio da construção de habitações populares, é uma das reivindicações do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST). A organização está, agora, com uma ocupação no Largo da Batalha, em Niterói. Essa é a segunda ocupação no Estado do Rio de Janeiro, batizada como "6 de abril de 2010". Essa data a cidade de Niterói não pode esquecer. Com ela, as famílias do MTST lembram as vítimas das chuvas e dos deslizamentos de terra e casas, atingidas pelo fato de ser pobres e viverem em áreas de risco.

Uma das pessoas que viveram aquele desastre é Marta da Silva, mãe de sete filhos e agora uma das primeiras a participar da ocupação. "Para mim aqui é uma experiência nova, porque é minha primeira ocupação. Tenho aprendido muito e também sei que tenho ensinado muito porque procurei trazer um pouco da experiência que eu adquiri no período em que fiquei no abrigo da Prefeitura junto com a minha família". Ela conta que lá atuava como se fosse uma coordenadora. "Eu acredito na luta do MTST por ter vivido e presenciado o esforço, a colaboração, a paciência e a força de vontade das pessoas que vêm em busca de uma esperança de conquistar a sua moradia. Quando chegamos aqui éramos poucas pessoas e agora temos quase 600 famílias aqui dentro", relata.

RESPEITO PELA LUTA

Também entre os primeiros a chegar ao local no dia 7/8 estava Ismarlen Rodrigues, 19 anos, desempregado, casado e com uma filha de quatro meses. "No começo foi tranquilo, chegaram os policiais na boa, mas teve um mais abusado que entrou e jogou tudo no chão. Ele deu um tapão no pescoço de um amigo, mas depois disso aí foi tranquilo e a gente acabou ficando. Estou depositando minha fé em Deus e acreditando na luta e nas palavras dos líderes do MTST. Vejo que é uma organização séria. Não acredito em políticos não, por isso estamos aqui juntos na luta, vendo como isso vai ser", revela.

Podemos encontrar, embaixo das lonas pretas, histórias com motivações, vontades e sonhos muitos parecidos

Quem passava pelo lugar e ficou até agora é dona Marilza Barbosa da Silva, 54 anos, auxiliar de serviços gerais, que mora de favor no bairro de Engenho do Mato. "Na sexta-feira eu passei de ônibus e vi policiais e pessoas de camisa vermelha. Na hora eu pensei que era igual ao MST. Aí desci do ônibus para ver, mas estava cedo ainda. No dia seguinte eu voltei e fiquei sabendo na reunião o que era aquilo, então me interessei". Ela diz que não conhecia o MTST, mas está admirando e aprovando a mobilização. "Estou achando tudo muito bem organizado. Eu estou aqui todos os dias, não durmo aqui, mas sempre que acabo meu serviço eu venho". Ela afirma ainda que está na luta e não vai desistir. "O movimento é forte. Tá unido, tá bacana. Estou aqui no dia a dia e a gente só vê trabalhador. Pode não ter carteira assinada, mas todo mundo trabalha muito. Aqui tem muita gente boa e que luta, igual a mim", admira.

Podemos encontrar, embaixo das lonas pretas, histórias com motivações, vontades, sonhos muitos parecidos e que se resumem na ideia de finalmente ter um teto para viver, a partir da luta e organização. Assim pensa agora Sidnei Marcelo, de 44 anos, que está desempregado. "Há pouco tempo eu não sabia que podia acontecer uma coisa dessas. Nunca me passou pela cabeça tentar ter uma moradia desse jeito coletivamente, eu pensava que teria que fazer individualmente. Aqui a gente aprende muita coisa. A principal é lidar com seres humanos, o que é muito difícil. Mas aqui a organização é muito boa e acredito nessa luta".

MOBILIDADE URBANA

NAS TRILHAS DE UMA CIDADE MAIS HUMANA

BICICLETAS NAS RUAS E MÚSICAS NOS OUVIDOS

A bicicleta pode ser usada para lazer, transporte e prática esportiva. Mas também serve para repensar e questionar como são organizadas as ruas e avenidas da cidade.

Por Caio Cezar Brito

O coletivo Pedal Sonoro desde dezembro de 2013 vem organizando duas pedaladas mensais por Niterói. O grupo é formado por apaixonados por bicicletas, que resolveram juntar o prazer de pedalar com o de escutar música. Eles contam com uma estrutura de duas bicicletas com caixas de som e um triciclo de carga, que leva um isopor para venda de bebidas.

Johnatan Pereira Amaral é estudante e participa do pedal sonoro com frequência. Ele enfatiza a importância de se pensar no lugar da bicicleta nos projetos urbanos: "O maior ganho para a sociedade é uma cidade mais humana. Você não vive estressado, não é uma cidade poluída, barulhenta, nem violenta. Violência não é só ser assaltado. Violência também é uma pessoa gritar com você, tentar te atropelar só porque acha que você não devia estar ali. As autoridades precisam pensar que as cidades são feitas para pessoas e não para veículos".

Pedal Sonoro
Niterói / Rio de Janeiro
#NiteroiParaPessoas

ALÉM DAS QUESTÕES SOCIAIS

O uso da bicicleta vai além das questões sociais. É o que mostra uma das organizadoras do Pedal, a arquiteta Thaís, de 30 anos : "A bicicleta, além de facilitar a locomoção, te põe em contato com a cidade. Você fica muito mais perceptiva a tudo que está ao seu redor". Ela fala ainda sobre como seu humor melhorou após trazer a bicicleta ao seu cotidiano, e que através dela conheceu muitas pessoas que também gostariam de transformar a cidade em um lugar mais amigável para as pessoas. "Que a cidade seja um grande espaço de convivências; acho que isso foi o principal que a bicicleta me trouxe, a preocupação com o espaço público de maneira saudável."

O coletivo Pedal Sonoro não está sozinho nesta luta. É apenas um dos muitos grupos que se movimentam, em cidades do Brasil e do mundo, para repensar a maneira como nos locomovemos. Em São Paulo, a luta dos movimentos sociais conquistou avanços nas vias públicas. Luís Araujo, repórter cinematográfico e fundador do coletivo, deixa claro que o objetivo é que a prioridade na mobilidade urbana sejam as pessoas. Ele enfatiza a importância de se criar uma nova cultura da bicicleta onde haja respeito mútuo entre ciclistas, pedestres e motorista.

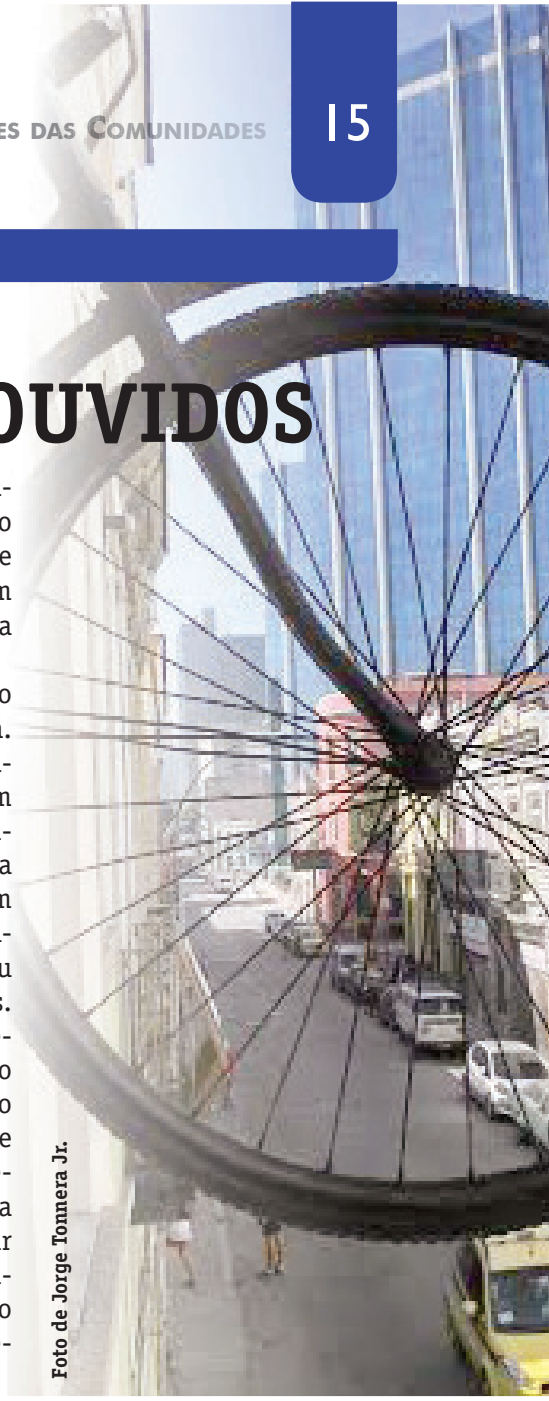


Foto de Jorge Tonnera Jr.

JORNALISTA É TRABALHADOR: O PISO É CONQUISTA HISTÓRICA DA CATEGORIA

Piso salarial para jornalista agora é lei no Rio de Janeiro

Aprovado em maio, lei estadual fixa salário de R$2.432,72 para jornada de 5 horas

Por Igor Ferraz

Trabalhadores de diversas categorias têm direito a um salário mínimo de acordo com sua formação. Advogados, enfermeiros, professores, por exemplo, têm o piso garantido por lei estadual no Rio. Até maio deste ano, os jornalistas fluminenses eram uma das poucas categorias que não tinham esse direito. Os reajustes eram decididos em acordos entre patrões e empregados há quase 20 anos. Mas isso mudou recentemente.

Com a conquista do piso estadual pela categoria, passou a valer o salário de R$2.432,72 para a jornada de 5 horas diárias. O piso vale para todo jornalista empregado. Quando o trabalhador é contratado sem carteira assinada, é direito dele procurar a justiça para ter o salário atualizado. Mesmo sendo aprovada em maio, a lei tem efeito a partir de janeiro deste ano. Foi uma grande conquista da categoria. Ainda assim, a campanha salarial continua em três frentes: com os patrões de Jornais e revistas, Rádio e TV e Assessoria de Imprensa. "A principal dificuldade nas negociações é a negação dos patrões em cumprirem a lei do piso salarial", diz a presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio, Paula Máiran.

DISPUTAS JUDICIAIS

Em uma assembleia no dia 22 de junho, foi aprovada a proposta patronal de Rádio e TV, que era muito abaixo do piso conquistado por lei e foi contestada na mesma reunião. Na assembleia seguinte, a categoria derrubou a decisão anterior.

O Ministério Público do Trabalho recomendou que o sindicato não assinasse qualquer acordo que não cumprisse a lei. Uma liminar foi concedida pela justiça aos patrões de Rádio e TV para que a decisão da assembleia no dia 22 fosse validada. Essa liminar caiu no dia 13 de agosto. Depois disso, uma campanha de alguns jornalistas da TV Globo passou a atacar e a acusar a diretoria e a presidenta do sindicato. Segundo ela, há uma minoria na categoria levada pelo patronato nas assembleias para votar. Ela promete cobrar na justiça as ofensas direcionadas a ela. Hoje, no Rio, há 12 mil jornalistas profissionais. Quatro mil deles contratados com carteira assinada, sendo dois mil no Grupo Globo. "A ponta de lança do oligopólio da mídia no país fica no município do Rio", afirma. Para Máiran, isso dificulta a prática do jornalismo ético e sem interferência dos patrões.

Homenagens a VITO e MAX

EDUCADOR E COMUNICADOR POPULAR VIVE!

Vito Giannotti é referência em comunicação popular em todo o Brasil

O que levou um italiano a trocar a faculdade pela fábrica e a trocar, em plena ditadura militar, um país desenvolvido por outro na época chamado de "Terceiro Mundo"? A vontade de viver em uma sociedade justa, sem fome, sem miséria e sem exploração.

Por Camila Araújo

Esse ano o jornal *Vozes das Comunidades* perdeu um dos seus grandes idealizadores. No dia 24 de julho morreu Vito Giannotti, fundador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). Ele foi e ainda é um dos nomes mais importantes da comunicação sindical e popular do país. Vito nasceu na Itália e veio para cá com 21 anos com o objetivo de acabar com a miséria. O que ele tinha para fazer isso? Vontade (e muita), amor ao próximo, humildade e alegria.

Metalúrgico por mais de 20 anos, Vito era um "agitador" nas fábricas. Ele e seus companheiros faziam panfletos para distribuir aos trabalhadores e espalhavam cartazes pelas ruas. Ele contava que uma das coisas mais marcantes na luta operária era a distância entre os militantes e os trabalhadores, que não entendiam nem acompanhavam os discursos políticos.

LINGUAGEM DO POVO

Nessa época, ele e os companheiros decidiram criar um boletim para informar os operários sobre a exploração que sofriam. Mas, para Vito, essa experiência foi muito trágica porque eles escreviam e o povo não entendia. Começou a observar a linguagem dos trabalhadores e se tornou um dos mestres da comunicação popular. No livro *Muralhas da Linguagem*, Vito ensina tudo o que aprendeu sobre como falar e ser compreendido.

Durante a ditadura, foi preso três vezes e chegou a ser torturado. Perdeu o emprego e, mesmo assim, não desistiu. Giannotti também ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo, nos anos 1980. Junto com sua companheira de luta e de vida Claudia Santiago, criou o NPC, em 1992. A jornalista e o metalúrgico. Experiências diferentes que foram unidas pelo mesmo sonho: fazer comunicação para o povo. Com outras pessoas, começaram a dar palestras e cursos pelo Brasil afora.

Arte: André Gavazza

EXEMPLO DE DEDICAÇÃO

Enquanto esteve aqui, Vito foi exemplo de ser humano. Como comunista, deu exemplo de amor ao próximo. Abriu mão de qualquer tipo de luxo para se doar à luta pelo fim da exploração da classe trabalhadora. Por uma sociedade igualitária, ele dava o exemplo nas mínimas coisas: não tinha apego material e também respeitava horários, datas, compromissos a ferro e fogo. Firme, Vito era dono de gritos inconfundíveis e dos mais diversos palavrões. Mas também de um abraço e um sorriso que esbanjavam doçura.

Apesar da dor da saudade, o nosso jornal vai continuar o mesmo, porque em cada letra, em cada cor, em cada foto desse jornal, respira Vito Giannotti. Continuamos colocando em prática tudo o que ele ensinou, continuamos repassando suas ideias e sonhando seus sonhos. Continuamos a luta por uma sociedade justa. Vito, presente!

Homenagem a Max Laureano, meu pai

Por Sofia Laureano

Quando o Vito Giannotti se foi, ainda não sabia porque se usava a expressão "presente" no fim das homenagens. Foi meu pai, Maximiano Laureano, que explicou. Uma semana depois, ele partiu também.

Hoje, quase um mês depois que os dois se foram, de fato compreendo a expressão. Por maior que seja a distância física entre nós, a presença de Max tem se tornado cada vez mais nítida.

Explico: meu pai era professor, jongueiro, militante de esquerda no PSTU, um tiozão que contava piadas sobre tudo. Homem preto e cearense, responsável e muito ansioso. Meu pai foi um herói de aço, um "PaiAço".

Max está presente. Nos passos de seus alunos, de todos que se tornaram concurseiros, do movimento negro, jongueiro, de pessoas faveladas e nordestinas. Ele vive em todo coração que anseia pela luta e revolução; em cada momento de força da Júlia, sua companheira durante 20 anos e minha mãe; e cada vez que a Clara, minha irmã, faz "Clarices". E eu, Sofia Laureano, sei que carrego o melhor e o pior dele em mim.

Max está presente!
Max? Presente!
Max? Presente!
Max? Presente!

Foto do Max: Facebook